

# Com a Carta virá o consenso partidário

BRÁSILIA  
AGÊNCIA ESTADO

Os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, agora em nova fase, nas oito comissões temáticas, revelam dado suplementar capaz de transcender o próprio texto a ser promulgado no fim do ano: apesar do emocionalismo e da radicalização de certos grupos, o consenso poderá acabar prevalecendo. Se verificada essa tônica nas demais etapas do processo constituinte, como resultado final, a consequência será um período de entendimento e de convívio partidário, essencial para a consolidação democrática.

É claro que essas previsões, partilhadas por Ulysses Guimarães, Marco Maciel e outros líderes — e, dizem, pelo próprio presidente José Sarney —, sempre estarão sujeitas a reviravoltas e a inusitados. Mas são nesse sentido suas expectativas e, mais do que elas, suas previsões. No fim de tudo, não obstante a ebulição, os confrontos e entreveros, quem sabe não se caracterize clima propício ao aprimoramento institucional? Os partidos, é quase certo, não permanecerão como estão. Do PMDB, para um lado ou para outro, sairão aqueles que se sentirem desajustados com a maioria. Pode ser que o chamado centro democrático decida unir-se ao PFL ou a parte dele, para a criação de uma legenda de centro, como deseja o deputado Roberto Cardoso Alves. Mas também pode ser que a chamada esquerda progressista busque outros apíscos, como já previu o senador Fernando Henrique Cardoso. Tudo dependerá de quem detiver a maioria no Congresso e entre os governadores.

Caso possa haver entendimento entre os setores empenhados na redação da nova Carta, o natural é que ele prossiga nas relações partidárias, quaisquer que sejam as mutações ditadas pela doutrina, pela ideologia e pelos interesses. Será da maior importância que isso ocorra, tanto faz se continuando ou não a Aliança Democrática, conforme pensam os presidentes do PMDB e do PFL. Maciel e Ulysses, envolvidos com a pesada rotina constituinte, encontram tempo para prospectar o futuro e concluem que, sem esse convívio e esse entendimento pretendidos, o risco de convulsões será grande. Porque tão importante quanto o ano em curso será o próximo. Elaborada a nova Constituição, deputados e senadores enfrentarão tarefa igualmente densa e aguda, a de compatibilizar toda a legislação ordinária com os novos postulados constitucionais. Lei de Imprensa, Lei de Segurança, códigos os mais variados, legislação relativa à economia e ao plano social necessitarão de revisões e adaptações maiores ou menores.

Por esse motivo, tanto Ulysses

Guimarães quanto Marco Maciel se aferram à tese de que o mandato do presidente José Sarney precisará ser de cinco anos. Fosse de quatro e veríamos, em 1988, esse trabalho de compatibilização legislativa ser atropelado pela campanha sucessória. As posições se radicalizariam e os trabalhos ficariam imobilizados ou andando a passo de tartaruga. O resultado seria uma Constituição já votada e promulgada mas incapaz de funcionar por impossibilidade de respaldo na legislação ordinária, pois não serão muitos os seus artigos auto-aplicáveis. Nova frustração e, quem sabe, munição para candidatos extremados.

Com as eleições presidenciais realizando-se em 1989, as coisas mudariam de figura. As campanhas se abririam depois de o País ter sido por inteiro passado a limpo, até mesmo pelo trabalho a que deverão dedicar-se no próximo ano as Assembléias Legislativas, precisando adaptar as Constituições estaduais ao novo texto federal.

Por isso se diz que do burburinho e da balbúrdia de muitas sessões constituintes, e dos reclamos daqueles que vêm tendo suas teses rejeitadas nas fases iniciais, poderá muito bem ser que apareça o consenso. Primeiro na nova Constituição, na medida em que não abrigue as idéias de apenas uma corrente de pensamento, qualquer que seja. Deverá compor anseios reformistas com realidades estáveis, em todos os planos. Como liberdade e ordem nos capítulos dos direitos humanos e da organização do Estado, ou proteção às minorias sem perda da prevalência dos interesses das majorias. Não será fácil, mas parece possível compatibilizar uma economia capitalista com exceções imprescindíveis para a atuação do Estado. Vale o mesmo no capítulo da ordem social.

O único aspecto em que a conciliação de postulados não dará certo é o do sistema de governo. Se não for obstada a tese de um parlamentarismo presidencialista, ou Roberto Close, graves problemas sobrevirão, capazes até de alterar a esperada tranquilidade político-partidária posterior à promulgação da nova Carta. Talvez por isso Ulysses Guimarães e Marco Maciel sustentem o presidencialismo e estejam atuando no âmbito de suas atribuições para preservá-lo — como, aliás, se manifestou o presidente da República.

As oito comissões temáticas terão até 15 de junho para apresentar seus relatórios, englobando os 24 anteprojetos já prontos das subcomissões. Será o momento, então, da Comissão de Sistematização ordenar os textos, produzindo um projeto que o relator-geral, Bernardo Cabral, entende deva representar a média das opiniões. Depois, todos os títulos, capítulos e artigos irão a debate em plenário, operação que precisará ser repetida.

C.C.